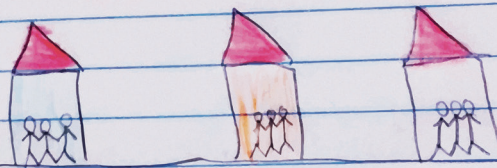


Coronavírus: A doença que afasta e aproxima as pessoas



A doença que afasta e aproxima pessoas - Menina, 10 anos  
Fonte: Dados da pesquisa, 2020.



# Escutar as crianças em um contexto de crise: percurso metodológico e perfil dos participantes da pesquisa

1.

Isabel de Oliveira e Silva  
Iza Rodrigues da Luz  
Levindo Diniz Carvalho  
Luciana Maciel Bizzotto  
Rubia da Conceição Camilo

Este capítulo discute as questões e decisões teórico-metodológicas da pesquisa “Infância em tempos de pandemia: experiências de crianças da Grande Belo Horizonte” e apresenta o perfil das crianças participantes da investigação. Para tanto, descreve elementos sobre o contexto de realização da pesquisa, o detalhamento dos instrumentos e procedimentos utilizados no trabalho empírico, bem como de parte dos procedimentos de tratamento e análise dos dados da pesquisa.

## **A Infância na Região Metropolitana de Belo Horizonte e a pandemia: questões para uma investigação**

A pesquisa foi realizada entre os meses de junho e novembro de 2020 e teve como participantes crianças de 8 a 12 anos moradoras de Belo Horizonte e de 32 municípios da Região Metropolitana (RMBH).<sup>1</sup> Nesse período, já haviam sido iniciadas, no mês de março de 2020, ações governamentais para a prevenção da Covid-19 em vários estados e municípios do Brasil, dentre as quais a interrupção de atividades consideradas não essenciais como medidas para promover o que vem sendo denominado isolamento social. No caso de Minas Gerais e do município de Belo Horizonte, a partir do dia 18 de março 2020,<sup>2</sup> foram suspensas aulas nas redes de ensino estadual, municipais e privadas, como também atividades de diferentes setores da sociedade. Embora o conjunto das medidas de isolamento social gere impactos sobre toda a sociedade, a suspensão da frequência às escolas impacta fortemente as crianças, os adolescentes e as suas famílias, dada a centralidade dessas instituições na vida social desse grupo. Consideramos relevante destacar que as medidas de prevenção da doença possuem impactos econômicos importantes para toda a sociedade. No entanto, atingem de forma mais intensa as classes populares, especialmente pela perda de emprego e renda e, também, em decorrência das já precárias condições de vida em contexto de extrema desigualdade social, as quais se agravaram na situação de pandemia (TONUCCI; PATRÍCIO; BASTOS, 2020).

A focalização das consequências do isolamento social sobre as crianças possui relevância social na medida em que as populações infantis são o grupo de maior representação nos indicadores nacionais de desigualdade social e de baixo padrão de vida. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra

<sup>1</sup> A RMBH é constituída de 34 municípios, entretanto, o município de Itatiaiuçu não participou da pesquisa. Os municípios participantes foram: Baldim, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano. Ressaltamos nossos agradecimentos às Secretarias Municipais de Educação e Desenvolvimento/Assistência Social desses municípios no processo de divulgação do questionário da pesquisa.

<sup>2</sup> Até o mês de abril de 2021 as aulas presenciais ainda não haviam sido retomadas em Belo Horizonte.

de Domicílios - PNAD de 2015 revelam que 18% das crianças e adolescentes de 0 a 14 anos viviam em domicílios com rendimento mensal *per capita* de até  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo. É o maior percentual entre os grupos de idade nessa condição. Crianças e adolescentes eram o maior grupo em situação de insegurança alimentar no Brasil, perfazendo 34,1% para pessoas de 0 a 4 anos, e 33,7% para pessoas de 5 a 14 anos, contra 25,8% para a população em geral, conforme dados do Suplemento Segurança Alimentar da PNAD de 2013 (IBGE, 2016). A mesma fonte mostra que, enquanto 74,2% da população brasileira estavam em situação de segurança alimentar em 2013, para a população de 0 a 14 anos o percentual caía para 66,3%.

No que se refere às condições de moradia, dados de 2010 revelam que a Região Metropolitana de Belo Horizonte contava com 160.000 domicílios com pelo menos um serviço básico inadequado; e, em 2015, 90.000 domicílios com ônus excessivo com aluguel e entre 15.000 e 20.000 localizados em ocupações (TONUCCI; PATRÍCIO e BASTOS, 2020). Quando associamos esses dados àqueles que informam a maior participação da população infantil nos indicadores de piores condições de vida, reafirma-se a importância das análises sobre a experiência do isolamento social das crianças que são, justamente, o público que não possui canais institucionalizados de participação política.

Sabemos que, em qualquer crise, as crianças e os mais vulneráveis são levados a um sofrimento muito maior do que os demais grupos sociais. Na crise causada pela pandemia, o fechamento das escolas comprometeu seu círculo de relações, seu espaço de aprendizagens, suas interações com outras crianças, professores e com os diferentes objetos de conhecimento, restringindo sua formação cidadã. Além disso, a não frequência à escola aumentou os riscos de violência<sup>3</sup> contra as crianças (FORE, 2020).

Criar canais de expressão para as crianças cumpriu, neste trabalho, o objetivo de conhecer suas experiências a partir do seu ponto de vista e de produzir registros dos mesmos que possam subsidiar estudos futuros e em continuidade aos que se realizam neste momento, bem como políticas públicas voltadas para a infância.

---

<sup>3</sup> As pesquisas revelam que o aumento de casos de violência contra a mulher também incide em maiores riscos de violência com as crianças. Segundo dados do Ligue 180 disponibilizados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, houve um aumento de cerca de 17% no número de ligações com denúncias de violência contra a mulher durante o mês de março, período inicial da recomendação do distanciamento social no país (GALVANI, 2020).

Diante desse quadro, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Infância e Educação Infantil (NEPEI), que é um núcleo que congrega pesquisadoras(es), professoras(es) e estudantes de Graduação e de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFGM), propôs-se a enfrentar o debate sobre as condições da infância na nossa sociedade, agora diante de um quadro de emergência social em que, como diferentes estudos demonstram (ALMEIDA, 2009), tende a atingir, de forma mais forte, as crianças, causando grande sofrimento e agravamento das condições de pobreza. No quadro dos problemas sociais urbanos, é ainda fundamental destacar que a cidade de Belo Horizonte e a região metropolitana são fragmentadas e desiguais, e essa fratura social que se manifesta no território cria condições de vulnerabilidade ainda maiores para as crianças pobres.<sup>4</sup>

A pesquisa, a partir destas reflexões, busca compreender as formas como as crianças vivenciam a pandemia de Covid-19 de modo a conhecer e analisar as relações sociais, as experiências e os sentimentos despertados em crianças de 8 a 12 anos que tiveram suas rotinas alteradas nesse contexto. Pretende-se, também, apreender as condições de vida de crianças, especialmente daquelas que se encontram em condições de maior vulnerabilidade social, para as quais a suspensão da frequência às escolas pode significar queda importante na qualidade de vida e no acesso a direitos, o que inclui a dimensão cultural, a alimentação e a segurança física e emocional, como destacado acima.

A pesquisa procurou, portanto, constituir-se em possibilidade de evidenciar as relações entre as condições de vida infantil e as formas pelas quais as crianças compreendem, sentem e vivenciam a situação de crise sanitária e social.

## **Dimensões de análise empreendidas**

A sociedade, tal como é atravessada por clivagens estruturais de classe social, gênero, identidades étnico-raciais etc., assenta-se também em uma

---

<sup>4</sup> Apesar de as cidades apresentarem indicadores de desenvolvimento mais elevados em relação ao campo, as desigualdades são maiores, mais marcantes e mais sofridas pelas crianças.

ordem geracional, em que coexistem adultos e crianças. A proposta de ouvir as crianças se fundamenta nas concepções de infância que a consideram importante em termos econômicos, culturais e sociais (QVORTRUP, 2005).

Ouvir as crianças e compreender suas formas de inserção na cena social em um contexto de pandemia e isolamento social é, portanto, dar visibilidade à infância e legitimar direitos de cidadania e participação. A investigação proposta se fundamentou na compreensão de que a criança não está passivamente submetida a uma estrutura social. Como sujeito ativo, ela exerce uma “agência” (*agency*) nas relações sociais. Essa concepção, sustentada nos estudos sobre a infância, considera que a criança é capaz de construir e apreender o mundo de forma singular e relevante e de exprimir seus pontos de vista de forma genuína e original. A apreensão do ponto de vista das crianças se fundamenta ainda no reconhecimento da alteridade das crianças, da sua consideração como sujeitos de direitos que participam da vida social. Compreender os pontos de vista das crianças permite apreendê-las no enfoque da dignidade humana, o que se apresenta ainda mais necessário em contextos de desastres e tragédias. Vale lembrar que a legislação multilateral da qual o Brasil é signatário, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, de 1989, ratificada em 1990 (BRASIL, 1990), bem como a legislação nacional, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), reconhecem a criança em sua peculiaridade, em sua dignidade, como detentora de prioridade e do direito à proteção integral e plural.

Considerando que as dimensões interpretativa e estrutural são relevantes para a compreensão das repercussões do contexto da pandemia sobre a população infantil, a pesquisa buscou cotejar a análise interpretativa, que tem como foco as expressões e os artefatos culturais produzidos pelas crianças participantes, com a análise estrutural, sustentada por dados que revelam as condições sociais da infância marcadas pelas questões econômicas, sociais, raciais, territoriais e de gênero.

Nesse sentido, articula-se aqui o binômio de proteção e participação na medida em que a pesquisa propõe tanto uma dimensão de escuta e de participação das crianças, quanto assume um caráter de denúncia, frente a aspectos de uma realidade social de infâncias desiguais.

Por fim, ao dar visibilidade às expressões e produções culturais das infâncias, destacamos que a análise também envolve uma dimensão poética, exemplificada pelos usos das linguagens ou artefatos simbólicos produzidos pelas crianças e pela possibilidade de essa especificidade do olhar infantil ser compreendida e acolhida na construção das políticas públicas a elas destinadas.

## Instrumentos e estratégias de pesquisa

### Questionário

Como a pesquisa pretendeu compreender as experiências de crianças de 8 a 12 anos na situação de isolamento social, mobilizamos recursos para acessar e ouvir esses sujeitos à distância. A definição da faixa etária (entre 8 e 12 anos) considerou a definição de criança do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990). O limite inferior considerou as condições das crianças para responderem a um instrumento que exige leitura e escrita, ainda que em alguns casos fosse necessária a ajuda de um adulto. Embora os sujeitos principais sejam as crianças, a sua consideração como atores capazes não elimina a necessidade de autorização e de mediação dos responsáveis.

Na busca por referências que pudessem auxiliar na construção de estratégias para compreender as repercussões da pandemia sobre as populações infantis, tomamos conhecimento de pesquisas internacionais realizadas com crianças sobre os efeitos do isolamento social. Dentre os trabalhos localizados, encontra-se a pesquisa realizada pela Universidade de Huelva, Espanha.<sup>5</sup> Assim como nesse estudo, buscamos construir um instrumento em ambiente virtual e que pudesse chegar de forma rápida às crianças e suas famílias, condições necessárias para a viabilidade da pesquisa durante o período de isolamento social.

Foram utilizadas ferramentas de comunicação à distância para a sua divulgação, especialmente telefone celular, redes sociais e aplicativo de mensagens *WhatsApp*, por serem recursos largamente utilizados pela população de diferentes camadas sociais no Brasil. Buscou-se o apoio das Secretarias de Educação e de Assistência/Desenvolvimento Social, de professoras(es) das redes públicas e de lideranças de movimentos sociais que

<sup>5</sup> Para maiores informações sobre a pesquisa realizada na Espanha e acesso também ao relatório, consultar o site: <https://infanciaconfinada.com/>.



pudessem nos colocar em contato com famílias de Belo Horizonte e de 32 municípios da RMBH.

Não foi possível estabelecer critérios prévios de seleção de amostra estratificada dos participantes devido à não localização de fontes de contatos telefônicos com informações sobre os proprietários das linhas. O contato por meio de telefone, especialmente do aplicativo *WhatsApp* se mostrou o meio mais eficaz de acesso a familiares de crianças da faixa etária focalizada. As famílias e crianças foram localizadas por meio da técnica “bola de neve”, na qual um primeiro grupo de pessoas é identificado e ao qual se solicita a indicação e o envio dos instrumentos de pesquisa<sup>6</sup> para outras. Solicitamos, a todas as pessoas contatadas inicialmente, que nos auxiliassem com indicações de outras que pudessem nos ajudar na localização e no envio dos questionários para famílias com crianças dos mais diversos contextos sociais e culturais.

Embora crianças de camadas sociais mais altas da sociedade também tenham sido incluídas por meio dessa técnica, procurou-se, tanto quanto possível, privilegiar o envio do questionário a crianças das redes públicas de ensino e àquelas cujas famílias fazem parte do círculo de lideranças comunitárias, buscando acessar prioritariamente aquelas de camadas populares. Considerando o ineditismo da realidade de isolamento social em decorrência da pandemia, a pesquisa assumiu um caráter exploratório, incluindo questões abertas para favorecer a apreensão de aspectos significativos para os sujeitos.

O questionário foi estruturado de modo que a primeira comunicação se dirigisse ao responsável pela criança. A parte inicial do instrumento continha as informações sobre a pesquisa, seu vínculo institucional, objetivos e forma de participação das crianças. O instrumento foi elaborado com linguagem adequada ao entendimento das crianças (e também dos adultos responsáveis) e com atenção aos princípios éticos de respeito e cuidado, buscando, assim, que a comunicação fosse efetivamente uma possibilidade de expressão dos seus pontos de vista, bem como buscando minimizar possíveis riscos do processo de comunicação e da abordagem de temas que pudessem ser delicados. Fizemos o uso inclusive de *emojis* e símbolos que auxiliassem na compreensão das crianças. Tais cuidados visavam a proporcionar uma interação que não provocasse constrangimento, com a explicitação da garantia de privacidade, anonimato e confidencialidade. Na

---

<sup>6</sup> Para visualizar o questionário, acesse o site da pesquisa: <https://www.infanciaemtempodepandemia.com.br/>.

sequência, o questionário apresentava informações para esclarecimento das crianças sobre a pesquisa, sendo solicitada explicitamente sua concordância. Igualmente importante é o fato de constar que a participação seria voluntária e haveria a possibilidade de desistência em qualquer momento da pesquisa.

As respostas ao questionário poderiam, a critério do responsável, ser acompanhadas pelo mesmo ou não, conforme a idade e o desejo da criança. Incluímos a possibilidade de realizar entrevistas por telefone, após o preenchimento do questionário, caso as crianças e seus responsáveis concordassem.

Tendo em vista os objetivos da pesquisa, o questionário e o roteiro de entrevista incluíram perguntas sobre as condições de vida das crianças, as atividades que realizavam em seu cotidiano, suas principais preocupações e seus sentimentos em relação à pandemia, às mudanças experimentadas com o fechamento das escolas e as relações sociais estabelecidas em seu contexto de vida. Ao final do questionário, constava a sugestão para a criança, caso desejasse, enviar um áudio, um desenho ou fotografia sobre suas experiências neste período de isolamento social para a equipe de pesquisa. Esta iniciativa buscou possibilitar às crianças nos comunicarem, por outras linguagens que ampliassem as formas de expressão, o que estavam vivenciando. Como este tipo de material requer mais esforço e tempo, sua produção e envio foram propostos ao final do questionário, após a opção “enviar”. A inclusão de outras formas de comunicação se alinha ao que é identificado pela literatura dedicada à pesquisa com crianças, que enfatiza a necessidade de favorecer a expressão por meio de linguagens mais familiares às crianças (CRUZ, 2008; MÜLLER; CARVALHO, 2009).

Para o envio dessas outras produções, também foi solicitado à criança que mostrasse a orientação para um adulto para que houvesse o seu consentimento. A estrutura do questionário foi a seguinte: na primeira tela havia o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) dirigido aos responsáveis das crianças. Nele constavam informações de apresentação da pesquisa e a solicitação do consentimento da participação da criança. Na tela seguinte, constava o Termo de Assentimento dirigido às crianças. Nessa seção, como dito anteriormente, havia um texto adequado para que a criança conseguisse compreender os motivos da pesquisa e se orientasse quanto à forma de preenchimento do questionário, com a seguinte

explicitação: de que ali não havia respostas certas ou erradas; que, caso sentisse algum tipo de constrangimento, procurasse conversar com algum adulto ou com a própria equipe da pesquisa; e que era possível interromper o preenchimento a qualquer momento. Somente após o consentimento do responsável e seu próprio assentimento é que a criança tinha acesso, então, às questões da pesquisa. Para os familiares que não consentiam a participação das crianças, foi criada uma tela com um texto de agradecimento e o pedido de divulgação para outras famílias.

O questionário tinha 21 questões e foi organizado em 3 blocos: 1º bloco - identificação das crianças; 2º bloco - abordagem sobre atividades, preocupações e relações familiares das crianças no contexto de pandemia; e 3º bloco - questões abertas para que as crianças pudessem expressar seus sentimentos e emoções. No final do questionário, solicitamos que a criança avaliasse o instrumento de pesquisa e fizemos a pergunta sobre sua disponibilidade para a entrevista. Na última página, havia um agradecimento à criança e o aviso da possibilidade de nos enviar desenhos, áudios ou outros materiais que ela considerasse interessante compartilhar com a equipe.

O questionário, antes de sua versão final, passou por pré-testes com 10 crianças com idades entre 8 e 12 anos, procurando contemplar diversidade de gênero, raça, idade e classe social. Esta etapa, considerada necessária em questionários para adultos, mostrou-se relevante nesta pesquisa em função do próprio objeto e pelo compromisso de ampliar as formas de participação das crianças na produção de conhecimento, princípio presente nos paradigmas da Sociologia da Infância, como enfatizado por Christensen; James (2005), Alderson (2005) e Soares (2006). Assim como na pesquisa de Becker (2017), escutar as crianças no processo de produção do questionário foi uma etapa na qual a equipe pôde aprender com elas a estabelecer uma mediação mais efetiva, sendo o instrumento final o resultado deste processo. Como as informações obtidas com o questionário podem ser analisadas tanto quantitativamente como qualitativamente, as análises conjugam métodos de análise de conteúdo e métodos estatísticos, com o apoio de ferramentas voltadas para esta finalidade, disponíveis na própria plataforma na qual foi criado o instrumento e softwares específicos (PSPP e NVivo10).

Para a análise de outras produções enviadas pelas crianças, são utilizadas as técnicas indicadas pela literatura da área de pesquisas com crianças

que enfatizam a necessidade de articulação e variação das formas de escuta, buscando uma aproximação com as formas de comunicação desses sujeitos.

O questionário ficou disponível *on-line* de 11 de junho de 2020 a 15 de julho de 2020. Obtivemos o retorno de 2.300 questionários. Depois de uma primeira conferência que verificou as idades das crianças respondentes, as duplicações, o município de residência e os formulários que foram enviados com todas as respostas em branco, foram validados 2.021 questionários para análise. Dentre estes, havia 740 crianças que se disponibilizaram para entrevistas, um número que consideramos alto e que foi interpretado como indicativo tanto da disponibilidade das crianças quanto do desejo de serem ouvidas sobre a temática da Pandemia e as repercussões desta situação em suas vidas. Infelizmente, por não contarmos com recursos e com equipe com número suficiente de pesquisadores, restringimos as entrevistas a 33 crianças. Os critérios de seleção serão apresentados adiante.

Destacamos que esta expressiva participação de crianças e familiares só foi possível devido a uma extensa rede que se formou na divulgação da pesquisa. Contudo, é importante salientarmos que esse tipo de instrumento e metodologia de pesquisa com crianças eram algo com que a equipe ainda não tinha familiaridade. Nossas pesquisas eram realizadas de forma presencial e com uma permanência prolongada em campo para constituição de vínculos com os grupos de crianças. A realização desta pesquisa neste formato à distância tem sido um importante processo de aprendizagem, de construção e validação de outras metodologias e formas de abordagem em pesquisas com crianças. Destacamos também a possibilidade que o recurso de comunicação à distância nos deu de alcançar em curto espaço de tempo, um número grande de crianças ao mesmo tempo, o que não seria possível com metodologias que se desenvolvem com o contato de forma presencial com os ambientes e sujeitos participantes das investigações.

Durante a pesquisa e para auxiliar na sua divulgação, foi criado o site *Infância em Tempos de Pandemia*,<sup>7</sup> para que houvesse um local onde o questionário estivesse disponível ao lado de informações para o público em geral, com destaque para as crianças, sobre outros elementos da pesquisa. O site apresenta uma tela que possibilita o recebimento de fotos, desenhos e áudios (*Envie para a gente*). Possui, também, um espaço onde se arquivam as produções que as crianças têm nos enviado (*Enviados por vocês*) e uma aba, que foi construída após as primeiras interações com as crianças nesse ambiente, onde são disponibilizados conteúdos que consideramos que

<sup>7</sup> Link de acesso: <https://www.infanciaemtemposdepandemia.com.br/>.

possam ser de interesse para as crianças (*Descubra e brinque*). Na última aba, encontram-se os contatos para falar diretamente com a equipe da pesquisa (*Sobre nós*). Este site, que se constitui em um projeto de extensão, é um primeiro produto da pesquisa, que se efetiva como ação de interlocução e fortalecimento da comunicação entre a equipe da pesquisa e as crianças. Esse conjunto de ações vem sendo desenvolvido como recurso para manter um canal de interação e, especialmente, de expressão por parte das crianças. Entendemos que a pesquisa científica que problematiza as condições da infância pode não apenas reafirmar o direito à participação social das crianças, mas também se constituir como canal de sua expressão. Dessa forma, buscamos agir e expressar nosso compromisso ético e político com as crianças em suas condições de vivência da infância de modo a superar e ampliar os aspectos institucionais da ética na pesquisa, em geral, e, especificamente, com crianças. Além disso, não custa destacar que a equipe tem se dedicado à reflexão sobre os cuidados com as crianças e demais envolvidos no processo da pesquisa. Tais cuidados se expressaram: no planejamento inicial da investigação, com as questões de conteúdo, forma e linguagem dos instrumentos de pesquisa; na disponibilização do questionário; na criação de conteúdos em redes sociais; no processo de realização das entrevistas; e, por fim, na análise dos dados (ainda em processo), na qual a alteridade das crianças e a consideração de seus pertencimentos sociais têm orientado os trabalhos da equipe. Não menos importante, o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – COEP da UFMG, em 10 de junho de 2020, sendo recebido o número de registro CAAE: 31497520.3.0000.5149.

## **As crianças participantes e o processo de tratamento dos dados**

Com 2.021 questionários validados, iniciamos as análises por meio de programas e softwares estatísticos. Foram criadas 49 variáveis que diziam respeito a: características gerais e identidade das crianças, informações sobre habitação, acesso à tecnologia, preocupações diante da pandemia, relações familiares diante da pandemia, frequência de atividades realizadas durante a pandemia, frequência e local do brincar durante a pandemia, opinião sobre atividades escolares à distância, posição diante do afastamento social, sentimentos diante da pandemia e opinião sobre a pesquisa.

A análise foi realizada em dois processos: tratamento das questões fechadas e, posteriormente, tratamento das questões abertas.<sup>8</sup>

Com relação às questões fechadas, fizemos uso do software livre PSPP para a realização de análises estatísticas dos dados, exercício que se deu em dois movimentos. Primeiramente, construímos hipóteses sobre as potenciais correlações simples entre as variáveis da pesquisa, a fim de testar sua validação, o que foi feito com o auxílio de ferramentas de estatística descritiva de cruzamento de tabelas oferecidas pelo programa. Em um segundo movimento, cada variável foi analisada a partir de suas frequências simples. Os resultados obtidos foram compilados em tabelas e gráficos e analisados conjuntamente por toda a equipe, no formato de seminários, a fim de definirmos as frequências e os cruzamentos de variáveis mais relevantes para descrevermos as crianças da pesquisa bem como interpretar, a partir do conjunto de respostas, o que elas estavam dizendo sobre as experiências vivenciadas no período da pandemia. Ainda que a pesquisa não tivesse como objetivo uma amostra representativa em termos de probabilidade estatística, entendemos que o uso dos programas ajudou na compreensão de tendências, diversidades e desigualdades observáveis nos resultados, além de possibilitarem a manipulação de um conjunto amplo de dados.

Cabe ressaltar o trabalho realizado para o tratamento da variável espacial que classifica o local de moradia das crianças. No questionário, além da pergunta sobre a cidade onde a criança morava, havia a seguinte questão aberta: *Pode nos dizer o nome do bairro, vila ou ocupação em que você mora?*

---

<sup>8</sup> Ressaltamos aqui nosso agradecimento a todos que colaboraram com o tratamento e análise dos dados produzidos pelos questionários, em especial, a Edmilson Pereira (Gestrado/UFGM), pelo suporte com o programa PSPP e Alexandre Duarte (Gestrado/UFGM), pelo suporte com o programa NVivo10. Agradecemos também ao pesquisador Luiz Otávio Sábito (IBGE) e ao professor Diego Rodrigues Macedo (IGC/UFGM) pelo suporte na construção da variável de vulnerabilidade territorial; à professora Valéria Cristina de Oliveira (FaE/UFGM) pela orientação na análise dos dados quantitativos; e ao Gabriel Borges Vaz de Melo, pela elaboração do mapa. Destacamos, ainda, os agradecimentos aos demais colegas que contribuíram com a realização da pesquisa: as professoras Ana Maria Saraiva (FaE/UFGM), Lívia Maria Fraga Vieira (FaE/UFGM), Mônica Correia Baptista (FaE/UFGM), Shirley Miranda (FaE/UFGM) e Vanessa Ferraz Almeida Neves (FaE/UFGM) e o doutorando Rogério Augusto dos Santos (FaE/UFGM).

Conforme já mencionado, dentre os objetivos da pesquisa, encontra-se a tentativa de apreender-se como a dimensão territorial também informa a diferença e a desigualdade das condições sociais que atravessam as experiências das crianças. Compreendemos, ainda, que as informações obtidas pelo questionário sobre a localização de moradia da criança constituíam, em alguma medida, indicadores de vulnerabilidade social, considerando estudos sobre o tema que apontam para essa correlação (IPEA, 2015; SARAIVA; OLIVEIRA, 2015). Assim sendo, em especial pelo fato de não termos informações sobre a renda das famílias, foi feito um esforço de caracterização dessa variável espacial.

Primeiramente, os locais informados passaram por uma leitura criteriosa pela equipe de trabalho, a fim de corrigir possíveis erros de digitação e definir de maneira mais acertada os locais a que as crianças se referiam, pois algumas vezes faziam uso de nomes que não coincidiam com os oficiais. Para essa conferência, foram consultados arquivos e documentos oficiais, quando disponíveis nos sites das Prefeituras, bem como informações do *Google Maps*. Para os locais informados que não foi possível fazer tal averiguação, o local de moradia foi classificado como “Indefinido”.

A partir desse primeiro tratamento, foi realizado um mapeamento das crianças participantes. Isso se deu com base no georreferenciamento de cada localidade informada, que foi possível com o uso dos recursos disponibilizados pela API (*Application Programming Interface* ou Interface de Programação de Aplicativos) do *Google Maps* e pelas informações do *OpenStreetMap* (OSM). Ambas as ferramentas permitiram obter as coordenadas geográficas aproximadas de cada localidade informada. Novamente, os pontos classificados como “Indefinidos” não foram georreferenciados. O mapa abaixo apresenta, portanto, a distribuição das crianças participantes na RMBH. Pode-se observar uma maior concentração de respostas na capital e nos municípios mais próximos. Já no mapa de Belo Horizonte, é possível vermos uma distribuição equitativa no território entre as nove regionais da cidade, sendo que aqueles espaços vazios no mapa se referem a locais inabitáveis, como a Lagoa da Pampulha (Regional Pampulha) e a Serra do Curral (Regional Barreiro, Oeste e Centro-Sul).

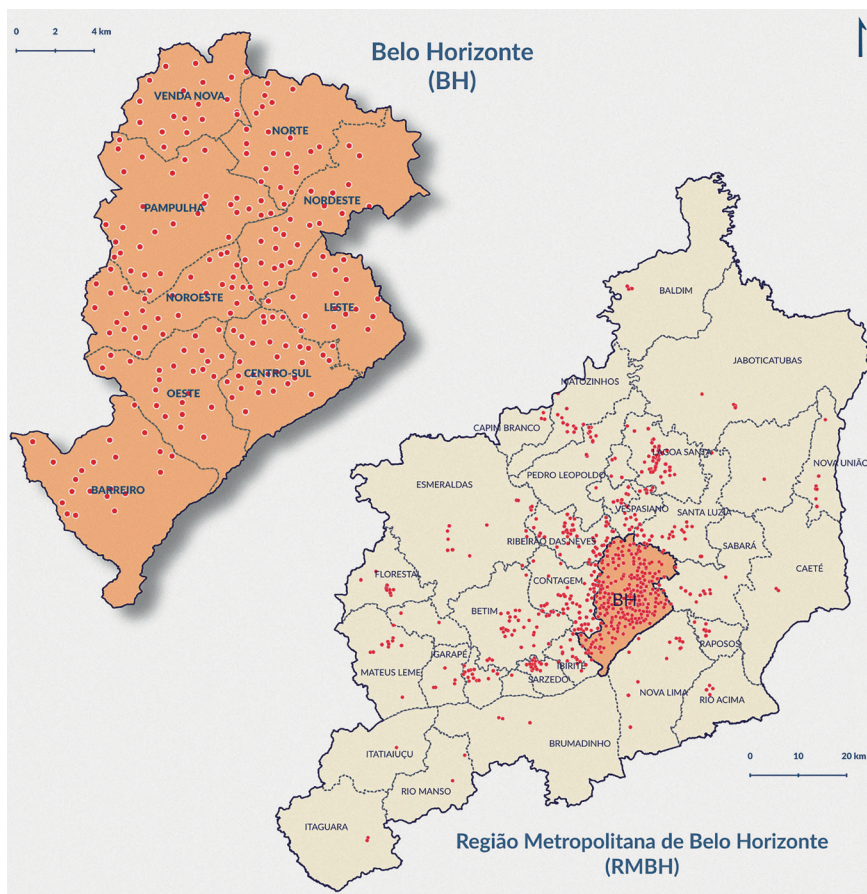


Figura 1 - Mapa de espacialização das respostas dos questionários obtidas na RMBH  
 Fonte: Dados da pesquisa Infância em Tempos de Pandemia. Malha municipal da RMBH (IBGE, 2020). Regiões Administrativas de Belo Horizonte (PBH/Prodabel, 2020).

A etapa seguinte do trabalho consistiu na construção de uma nova variável denominada Tipologia de Moradia, com dez tipos de classificação, a saber: “Bairro”,<sup>9</sup> “Vila, favela e aglomerado subnormal”, “Distrito e

<sup>9</sup> Faz referência à localização de moradia de crianças que moram em bairros cujos nomes oficiais foram identificados em arquivos e documentos oficiais, quando disponíveis nos sites das Prefeituras, bem como informações do *Google Maps*.



povoado”,<sup>10</sup> “Ocupação urbana”,<sup>11</sup> “Condomínio”, “Zona rural”, “Conjunto habitacional”,<sup>12</sup> “Comunidade Quilombola”,<sup>13</sup> “Assentamento”<sup>14</sup> e “Indefinido”.<sup>15</sup> Destacamos aqui que a construção da tipologia Vila, favela e aglomerado subnormal, que gerou maior necessidade de tratamento, partiu da base de Vilas e Favelas elaborada e disponibilizada pela Prefeitura de Belo Horizonte (BH Map)<sup>16</sup> e da base lançada em 2019 pelo IBGE de Aglomerados Subnormais.<sup>17</sup> Ressaltamos que, ao atribuir a resposta das crianças em

<sup>10</sup> Faz referência à localização de moradia de crianças que moram em outros municípios da Região Metropolitana que não Belo Horizonte e cujo local informado corresponde à informação oficial de distritos ou povoados do município. Para tanto, foram consultados arquivos e documentos oficiais, quando disponíveis nos sites das Prefeituras.

<sup>11</sup> Faz referência à localização de moradia de crianças caracterizada pela mobilização de famílias com o apoio de movimentos sociais organizados. Os nomes foram identificados pela base de dados do IBGE de Aglomerados Subnormais, informações oficiais disponíveis pela Prefeitura de Belo Horizonte e consultas a movimentos sociais e rede de apoiadores (MORADO NASCIMENTO; LIBÂNIO, 2016).

<sup>12</sup> Faz referência à localização de moradia de crianças que moram em Belo Horizonte, tendo como base a tipologia disponível na base de dados da Prefeitura de Belo Horizonte que leva o mesmo nome e trata de moradias construídas por meio de políticas de habitação de interesse social. A base de dados se encontra disponível para *download* no *link*: <http://bhmap.pbh.gov.br/v2/mapa/idebhgeo>.

<sup>13</sup> Faz referência à localização de moradia de crianças que moram em comunidades reconhecidas como quilombolas. Para tanto, foram consultados arquivos e documentos oficiais, quando disponíveis nos sites das Prefeituras e demais fontes oficiais de pesquisa.

<sup>14</sup> Faz referência à localização de moradia de crianças que moram em assentamentos do Movimento Sem Terra (MST). Para tanto, foram consultados arquivos e documentos oficiais, quando disponíveis nos sites das Prefeituras e demais fontes oficiais de pesquisa.

<sup>15</sup> Faz referência à localização de moradia de crianças cuja informação não foi possível localizar em arquivos e documentos oficiais, quando disponíveis nos sites das Prefeituras, ou em informações do *Google Maps*.

<sup>16</sup> A base de dados encontra-se disponível para *download* no *link*: <http://bhmap.pbh.gov.br/v2/mapa/idebhgeo>.

<sup>17</sup> O termo aglomerados subnormais se refere à ocupação irregular de terrenos para fins de habitação em áreas urbanas e que são caracterizados, em geral, por um padrão urbanístico irregular, pela carência de serviços públicos essenciais ou pela localização em áreas com restrição à ocupação. A base de dados encontra-se disponível para *download* no *link*: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=downloads>.

uma das categorias, foi privilegiada a informação conforme descrito pela criança, em especial quando fez uso de termos como “Vila” e “Ocupação”, independentemente das informações oficiais adquiridas.

Com base na variável da tipologia de moradia, 84,5% das crianças participantes da pesquisa moram em “Bairros” e 5,6% moram em “Vilas, favelas e aglomerados”. Segundo a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – Urbel, a população residente em assentamentos de interesse social em Belo Horizonte corresponde a 15% da população municipal (CMBH, 2020). Desse modo, compreende-se que a alta concentração das crianças da pesquisa na categoria “Bairros” e a baixa concentração na categoria “Vilas, favelas e aglomerados” é um reflexo, também, da distribuição real das famílias pelo território, segundo os dados oficiais disponíveis. Para além disso, 70 crianças informaram morar em “Distrito e povoado”, 10 crianças em “Ocupação Urbana”, 9 em “Condomínio”, 8 em “Zona Rural”, 4 em “Conjunto Habitacional”, 2 em “Comunidade Quilombola” e 1 em “Assentamento”. Ainda que esses quantitativos não ganhem destaque em termos de proporção, destacam a diversidade da amostra da pesquisa. No caso de 95 crianças não foi possível definir a tipologia de moradia.

A fim de aprofundar o tratamento dos dados no sentido de buscar apreender a desigualdade territorial entre os sujeitos da pesquisa, e assim desvelar a heterogeneidade presente na categoria de “Bairros”, foi criada uma nova variável a partir do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). O IVS é construído a partir de indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH) no Brasil<sup>18</sup> e possui três dimensões relacionadas à Infraestrutura Urbana, ao Capital Humano e à Renda e Trabalho. Essa combinação permite, portanto, indicar-se o padrão de vida das famílias em relação ao acesso ou não a direitos sociais, assumindo uma percepção mais ampliada da pobreza, em geral, limitada à identificação de insuficiência de recursos monetários (IPEA, 2015). Ao trabalharmos com o IVS, buscamos compreender a vulnerabilidade como elemento associado às condições de territorialidade, e não aos sujeitos da pesquisa.

---

<sup>18</sup> Trata-se de uma plataforma de consulta a indicadores variados relacionados à demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, que podem ser consultados para áreas administrativas em diversas escalas no Brasil. Acesso pelo link: <http://www.atlasbrasil.org.br/>.

Desse modo, buscou-se identificar o IVS correspondente às localidades informadas nos questionários. Para este trabalho, foram realizados dois procedimentos. Uma vez que o IVS tem como unidade de análise territorial as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs), foi necessário buscar uma adequação às unidades de análise territorial disponíveis para Belo Horizonte e RMBH.<sup>19</sup> Assim, para os questionários respondidos em Belo Horizonte, foi feito o cálculo da média ponderada do IVS segundo a população de cada UDH circunscrita ao polígono dos bairros informados pelas crianças. Já para os questionários respondidos em demais municípios da RMBH, optamos por fazer uso da localização dos pontos obtidos a partir do georreferenciamento, conforme mencionado anteriormente, informando o IVS segundo a UDH correspondente àqueles pontos.

Embora o IVS seja trabalhado em cinco faixas de variação (Muito Baixo, Baixo, Médio, Alto e Muito Alto), optamos por trabalhar com somente três faixas e criamos a variável Vulnerabilidade Territorial que varia de Baixa (englobando as categorias Muito Baixo e Baixo do IVS), Média (correspondente à categoria Médio do IVS) e Alta (englobando as categorias Alto e Muito Alto do IVS).<sup>20</sup> O resultado pode ser observado abaixo: 55,5% das crianças da pesquisa residem em territórios de baixo risco de vulnerabilidade, 29,2% na categoria de média e 11,1% habitam territórios de alta vulnerabilidade. Novamente, os resultados apontaram para uma aproximação da amostra com a realidade territorial, uma vez que o IVS identificado para a RMBH é de 0,246, classificado como Baixo. Para além dessa visão geral da distribuição das frequências da variável de Vulnerabilidade Territorial na amostra, ressalta-se a importância de seu entrecruzamento com as demais variáveis da pesquisa, no sentido de apontar para os atravessamentos das desigualdades territoriais nos variados pontos abordados pelo questionário da pesquisa.

---

<sup>19</sup> O valor do IVS para as UDHs que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte pode ser obtido no site: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/mapa>.

<sup>20</sup> A categorização do IVS se dá a partir dos seguintes valores: Muito Baixo (0 a 0,200), Baixo (0,201 a 0,300), Médio (0,301 a 0,400), Alto (0,401 a 0,500) e Muito Alto (0,501 a 1) (IPEA, 2015).

## Vulnerabilidade territorial do local de moradia das crianças participantes

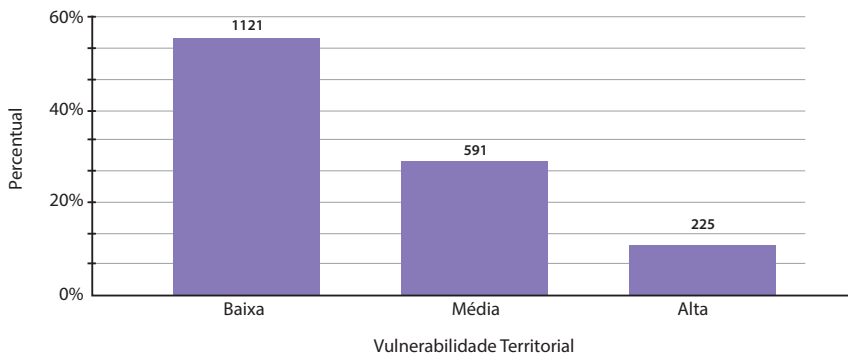


Gráfico 1 - Vulnerabilidade territorial do local de moradia das crianças participantes  
Fonte: Dados da pesquisa, 2020. Elaboração própria a partir de dados do IPEA (2015).

Até o momento, foi abordado o tratamento das questões fechadas do questionário. Contudo, o mesmo contou com cinco questões abertas, nas quais as crianças poderiam se expressar mais livremente. São elas: *Neste período em que você não está indo à escola, você acha importante ter alguma atividade enviada pelas professoras para fazer em casa? Por quê?; Você está respeitando o afastamento social, isto é, evitando ao máximo sair de casa? Por quê?; Nessa época de pandemia de coronavírus, existem coisas que te deixam triste ou com medo? Quais são elas?; Nesta época de pandemia de coronavírus, quais são as coisas que te dão alegria? Que coisas fazem você rir?; Depois que você deixou de ir à escola, ocorreram mudanças na sua vida? Quais?*

As questões abertas foram trabalhadas com o uso do software NVivo10, por meio do qual foram criadas categorias de análise para cada pergunta. Essa categorização se deu de forma manual, a partir da leitura das respostas e da identificação dos principais temas levantados pelas crianças. Por meio do *software*, foi possível organizar o total das 2.021 respostas e realizar uma análise mais compreensiva dos questionários, quantificando muitas das questões de cunho qualitativo. Além disso, foi possível realizar nuvens de palavras e outros diagramas que permitiram potencializar o alcance e a profundidade da análise dos dados. Isso poderá ser observado nos demais capítulos deste volume que tratam dos resultados da pesquisa.<sup>21</sup>

<sup>21</sup> Cabe ressaltar que, em uma próxima etapa, o uso do programa também permitirá identificar os entrecruzamentos dos marcadores sociais (dados pelas variáveis sociodemográficas do questionário) com as categorias criadas a partir das respostas das crianças.

De maneira geral, pode-se dizer que o número de questionários que retornaram colaborou para romper com alguns paradigmas relacionados às limitações da pesquisa de cunho quantitativo, especialmente com a ideia de que essa modalidade de investigação impossibilitaria a criação de um espaço de diálogo. Conforme já mencionado, a opção pelo modelo virtual contribuiu para uma uniformização da amostra, que não pode ser ignorada, e, certamente, influenciou a adesão e o engajamento das crianças participantes nas respostas. Contudo, em especial, a partir das questões abertas e da alta demanda por uma continuidade da participação na pesquisa via entrevistas, foi possível identificar como as crianças e suas famílias se utilizaram do questionário como um espaço de expressão, de manifestação e de exercício da escrita de si.

Do total de 2.021 crianças participantes da pesquisa que residiam em municípios da RMBH, 45,5% se concentraram em Belo Horizonte, seguido por Lagoa Santa que concentrou 7,5%, Ribeirão das Neves 7,4% e Contagem 6,7%. A alta concentração de respostas em Belo Horizonte corresponde ao percentual da população do município no conjunto da RMBH. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), considerando a população da RMBH estimada em 2019, Belo Horizonte concentrava 42,1% dos habitantes. Portanto, as respostas das crianças ao questionário apresentaram, em alguma medida, uma distribuição proporcional à realidade populacional na RMBH. Apesar da situação atípica gerada pela pandemia e do limitado acesso à internet, recebemos questionários respondidos por crianças de todos os municípios participantes do estudo.

Com relação às idades das crianças respondentes, o Gráfico 2 abaixo mostra a faixa-etária referente a todos os 2.300 questionários recebidos e não apenas aos 2.021 validados.<sup>22</sup> A intenção é evidenciar que crianças de diferentes idades demonstraram interesse de se manifestarem sobre o tema da investigação. Além disso, procuramos reconhecer a participação dessas crianças, ainda que esses questionários não tenham sido incluídos no *corpus* da pesquisa.

---

<sup>22</sup> Do total de 2.300 questionários recebidos, foram selecionados somente aqueles respondidos por crianças participantes da faixa etária definida na pesquisa, de 8 a 12 anos. Além disso, foi feita uma conferência para retirar da amostra questionários repetidos ou que tivessem a maior parte das respostas em branco, restando 2.021 questionários validados.

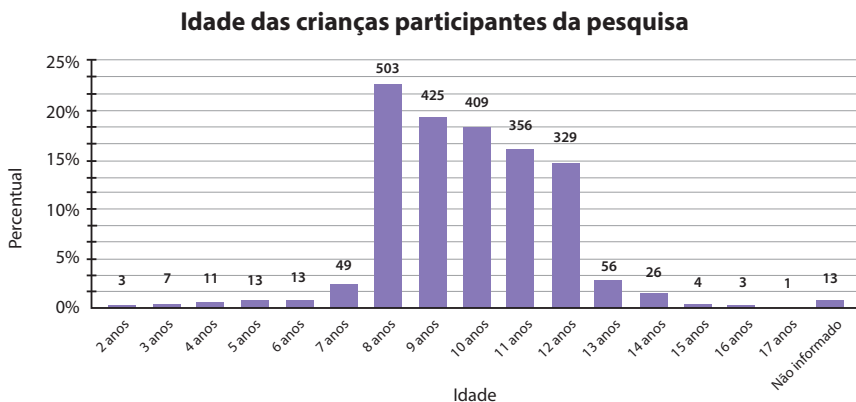


Gráfico 2 - Idade das crianças participantes da pesquisa  
 Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Observa-se, nesse gráfico, que a idade das crianças variou de 2 a 17 anos. Desse total, mais de 90% das crianças que responderam ao questionário estavam na faixa etária indicada pela pesquisa, isto é, entre 8 e 12 anos. Quando olhamos apenas para as crianças que contemplam a faixa etária da investigação, percebemos maior número de respostas de crianças entre 8 a 10 anos de idade, sendo que 25% das crianças tinham 8 anos, 21% 9 anos e 20% possuíam 10 anos, enquanto 18% das crianças tinham 11 anos e 16% 12 anos de idade.

Em relação a autodeclaração de raça ou cor das crianças, foram utilizadas as categorias do IBGE: branca, preta, parda, amarela e indígena. Essa decisão está sustentada pela literatura (ROCHA; ROSEMBERG, 2007), que argumenta que as crianças são capazes de operar com essas categorias, o que permite a realização de correlações dos dados obtidos com outros estudos quantitativos que analisam as condições de vida das crianças conforme o seu pertencimento racial. Para possibilitar a compreensão de outras formas de autodeclaração, incluímos no questionário a opção de resposta: “Outra” e, para preservar o direito da criança de não fazer essa autodeclaração, incorporamos ao instrumento a opção: “Não sei responder ou não quero responder”.

Das 2.021 crianças participantes da pesquisa, 45,4% se autodeclararam pardas, 39,8% se autodeclararam brancas e 9,2% se autodeclararam pretas. Além dessas respostas, 28 crianças se autodeclararam amarelas, 12 se autodeclararam indígenas e 27 se autodeclararam com outras cores que

resultaram em um conjunto variável de respostas. Do total de participantes, 4 crianças não informaram e 47 escolheram a opção “não sei ou não quero responder” para essa pergunta. Nessa questão, observou-se uma correlação entre a distribuição das respostas e os dados do Censo Escolar de 2020, acerca do perfil dos estudantes da Educação Básica dos 33 municípios incluídos na pesquisa, que constatou que 47% dos alunos se autodeclararam pardos, 26% brancos e 6% pretos.

Em relação ao gênero das crianças, a pesquisa obteve uma participação um pouco maior de meninas, correspondendo a 51% das crianças participantes; enquanto os meninos representaram 47,9% da amostra. Assim como na questão sobre autodeclaração racial, buscamos, no questionário, possibilitar a compreensão de outras formas de identificação e também preservar o direito da criança de não responder à pergunta, por isso, incluímos as opções de resposta: “Outra” e “Não sei responder ou não quero responder”. Tivemos 1,1% de crianças que não informaram ou não quiseram responder a essa pergunta, e não tivemos respostas na opção “Outra”. Essa foi uma variável que apareceu com uma pequena diferença em relação aos dados do Censo Escolar de 2020 que mostram que entre os estudantes da Educação Básica dos 33 municípios 49% eram do sexo feminino e 51% do sexo masculino.

Com relação à vinculação administrativa das instituições escolares que os sujeitos da pesquisa frequentavam, verificamos que 64,4% das crianças estudavam em Escolas Públicas e 30,6% em Escolas Privadas. Embora o estudo não tivesse a intenção de ser representativo estatisticamente de toda a infância da RMBH, observa-se, nesta variável, assim como na autodeclaração de cor ou raça, uma correlação com os dados do Censo Escolar de 2020. Esses dados revelam que nas cidades pesquisadas, 77% das matrículas dos alunos da Educação Básica foram em instituições públicas e 23% em instituições privadas.

Com o objetivo de compreender as experiências das crianças, considerando-se suas condições de vida, e, diante da impossibilidade da construção de uma amostra intencional, no processo de análise, procuramos construir formas de superar essa limitação. Os dados relativos à vinculação administrativa da instituição escolar informada pela criança foi o caminho previsto inicialmente para a diferenciação em relação ao pertencimento social. Entendemos, no entanto, que a diferenciação apenas entre escola pública ou escola privada seria insuficiente para a compreensão das condições de vida das crianças. O pressuposto de que todos os estudantes de

escolas públicas se encontram nas mesmas condições de vida não se sustentava, pois, conforme o território de localização das instituições escolares, o público atendido se diferencia tanto em termos econômicos quanto na composição do pertencimento racial.

Assim, agrupamos as respostas considerando o local de moradia referenciado pela condição de vulnerabilidade territorial, variável cuja elaboração foi explicada acima. O Gráfico 3 abaixo representa os dados relativos ao tipo de escola distribuídos conforme o território de residência da criança, o que permitiu não homogeneizar os estudantes dessas instituições, em especial, das instituições públicas.

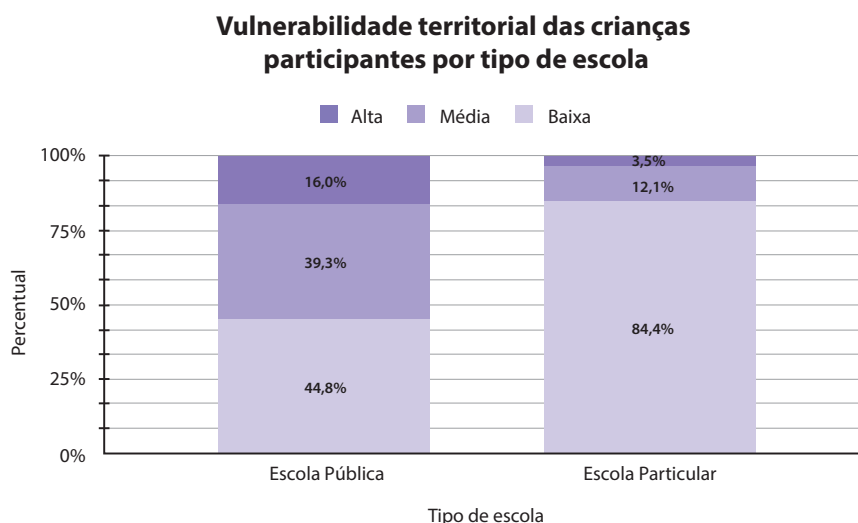


Gráfico 3 - Vulnerabilidade territorial das crianças participantes por natureza da instituição escolar  
Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Observa-se que 44,8% das crianças que estudavam em escolas públicas moravam em territórios de baixa vulnerabilidade, 39,3% de média e somente 16% moravam em territórios de alta vulnerabilidade. Já em relação às crianças que frequentavam escolas privadas, 84,4% moravam em territórios de baixa vulnerabilidade, 12,1% em territórios de média e apenas 3,5% em territórios de alta vulnerabilidade. Verifica-se, portanto, que a grande maioria das crianças que estudavam em escolas privadas moravam em territórios de baixa vulnerabilidade, e que este percentual (84,4%)



correspondia a quase o dobro de crianças que frequentavam escolas públicas e moravam em território de baixa vulnerabilidade (44,8%).

A discussão das condições de vida das crianças envolve múltiplos aspectos. No entanto, considerando o contexto da pandemia, as informações sobre os recursos de comunicação à distância, especialmente para o acompanhamento de atividades escolares, mereceram atenção especial desde o planejamento da pesquisa. As informações sobre esses recursos foram analisadas em relação à vulnerabilidade territorial e ao pertencimento racial. O infográfico a seguir descreve a relação entre ausência de acesso em casa à internet, celular, computador ou *tablet* em relação à vulnerabilidade territorial.

### AUSÊNCIA DE ACESSO À TECNOLOGIA POR VULNERABILIDADE DO TERRITÓRIO

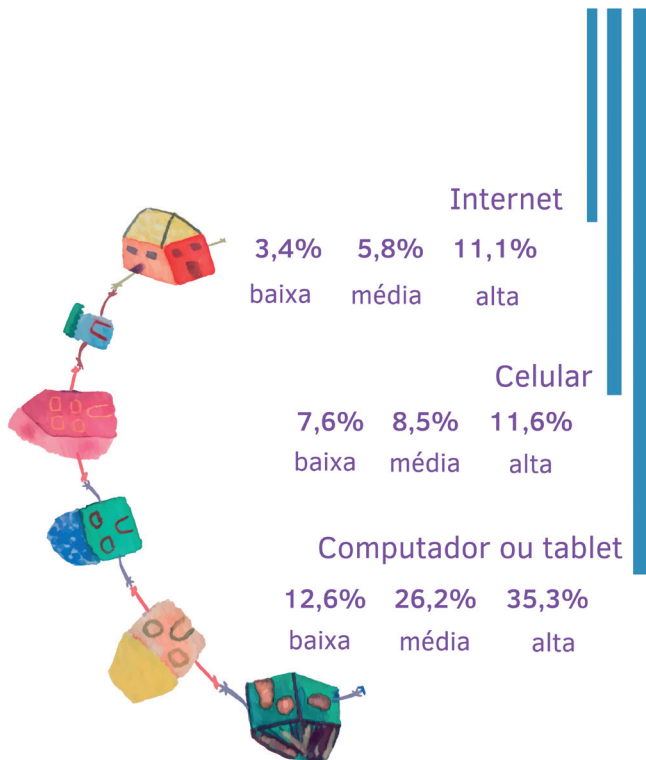


Figura 2 - Ausência de acesso à tecnologia por vulnerabilidade do território

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Identificamos que o acesso aos equipamentos computador e *tablet* é menor para as crianças da pesquisa em geral, em comparação com o acesso aos demais recursos (internet e celular). Esse é um elemento interessante, já que os dados da PNAD sobre Tecnologias da Informação e da Comunicação, realizada em 2019, também revelam que nos domicílios do país o equipamento mais frequente é o celular, correspondendo a um total de presença em 94% dos domicílios. Em contrapartida, a frequência do computador ficou abaixo da metade da amostra, sendo encontrada em 40,6% dos domicílios e o uso do *tablet* foi ainda menor, correspondendo a 11,3% do total dos domicílios pesquisados.

Constata-se, no entanto, que os percentuais de *ausência* de acesso ao computador ou *tablet* são, mais uma vez, maiores para as crianças moradoras de territórios de alta vulnerabilidade. Isto é, enquanto as crianças que residem em territórios de baixa e média vulnerabilidade possuem um percentual de *não acesso* a computador ou *tablet*, respectivamente, de 12,6%, e 26,2%; para os respondentes que residem em territórios de alta vulnerabilidade, esse percentual é de 35,3%. Na comparação com as participantes que residem em territórios de baixa vulnerabilidade, observa-se que a ausência desses equipamentos para as crianças mais pobres é quase 3 vezes maior.

Da mesma forma, os dados revelam que o percentual de *ausência* de acesso à internet e ao celular (recurso mais difundido) é maior para as crianças que moram em territórios de alta vulnerabilidade, somando 22,7%.

No que se refere ao pertencimento racial, observam-se também diferenças de acesso aos recursos digitais, conforme o infográfico a seguir:

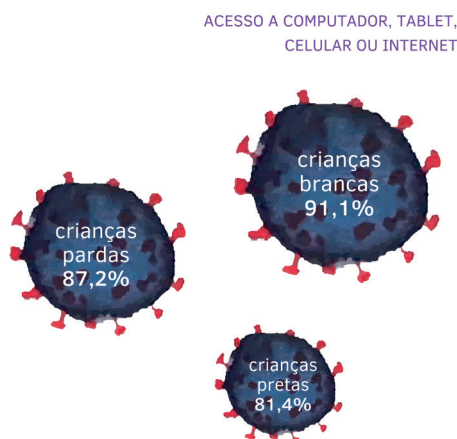


Figura 3 - Acesso a computador, *tablet*, celular ou internet  
Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Verificamos que as crianças que se autodeclararam brancas têm mais acesso ao computador, *tablet*, celular ou internet, que as crianças pardas e pretas, respectivamente. No caso das crianças autodeclaradas pretas, observam-se quase 10 pontos percentuais a menos de crianças com acesso à tecnologia se comparadas às crianças brancas.

Consideramos que esses dados nos ajudam a compreender os diferentes contextos de vida das crianças participantes da pesquisa. No entanto, destacamos o fato de que estas diferenças podem ser ainda maiores, já que a participação das crianças na pesquisa dependia, de alguma forma, de acesso à internet. Além disso, é importante evidenciar que o questionário não permitiu avaliar a qualidade desse acesso. Por meio das entrevistas, foi possível constatar que algumas crianças que participaram da investigação tinham acesso à internet e ao celular, computador ou *tablet* de maneira pontual ou com dificuldades, sendo necessários, portanto, novos estudos que possam, também, investigar as condições de acesso a equipamentos e internet.

## Entrevistas e crianças participantes

As entrevistas tiveram como objetivo ampliar a possibilidade de compreensão das respostas dadas ao questionário, permitindo uma escuta mais aprofundada de algumas crianças sobre suas vivências. Destaca-se que foi uma etapa que permitiu novas análises sobre o conjunto de informações construídas com o questionário e que também nos aproximou da singularidade de experiências destas crianças e suas famílias, ampliando as temáticas inicialmente previstas na pesquisa. A riqueza possibilitada pela articulação das duas formas de escuta das crianças poderá ser verificada nos outros três capítulos deste livro que apresentam parte dos resultados da pesquisa.

Para a definição dos critérios de escolha das crianças a serem entrevistadas, a equipe se debruçou sobre o perfil das crianças que responderam ao questionário, buscando contemplar a diversidade de gênero, raça/cor, local de moradia (BH e região metropolitana), escola frequentada (pública e privada) e idade. Considerando-se, então, estes critérios, foram selecionadas 33 crianças.

Antes da apresentação de algumas informações do grupo de crianças entrevistadas, destacaremos alguns elementos que o afetaram. O primeiro deles se refere à (in)disponibilidade do responsável pelo número de

telefone indicado pela criança ao final do questionário. Um dos responsáveis, ao receber o telefonema da pesquisadora, mostrou-se bastante reticente e até mesmo desconfiado da identidade da pesquisadora, evidenciando que ou não se lembrava de ter mediado o contato com a criança que participou da pesquisa ou que houve algum engano por parte da criança ao informar o número. A primeira hipótese nos trouxe várias reflexões sobre o pouco conhecimento de parte da população sobre a produção de conhecimento na universidade. Além disso, apontou-nos, de forma veemente, o quanto o acesso às crianças precisa ser negociado com algum adulto, questão presente também nos estudos de Corsaro (2005) em instituições educativas e que se acentua em pesquisas como a que realizamos, circunscrita ao ambiente familiar e com recursos de comunicação à distância.

Esta necessária negociação com os adultos nos possibilita, ainda, destacar que, mesmo as entrevistas tendo como participantes centrais as crianças, os responsáveis, majoritariamente as mães, foram aqueles que possibilitaram o encontro e que também acompanharam parte das crianças durante a conversa com as pesquisadoras. A centralidade das mães na organização da vida das filhas e filhos possibilitaria outras análises que não são viáveis no limite deste texto, mas, ainda assim, gostaríamos de destacar a invisibilidade e pouca valorização social desta esfera do trabalho de cuidado (MOLINIER; PAPPERMAN, 2015; GUIMARÃES, 2016) que, no contexto da pandemia, mostrou-se ainda mais fundamental à manutenção da vida.

Outro elemento de destaque foi a inclusão de crianças que fizeram contato com a equipe, solicitando a participação nas entrevistas, e de crianças que estavam na mesma casa que a criança selecionada e que também pediram para ser incluídas. Considerando o aspecto ético da participação voluntária, neste caso fortalecido pela motivação expressa diretamente a alguém da equipe de pesquisa, consideramos que ter a participação destas crianças seria importante. Sendo assim, com estes elementos, demos visibilidade ao processo dinâmico de escolha do grupo de crianças entrevistadas e reafirmamos que cada situação inusitada foi fruto de discussão e encaminhamento coletivo. O fato de incluirmos crianças que demonstraram o interesse espontaneamente, levou a equipe a ter como referência o perfil das mesmas na escolha das que foram entrevistadas posteriormente. Deste modo, os critérios indicados acima puderam ser respeitados.

Entre as 33 crianças entrevistadas, 19 são meninas e 14 são meninos. Em relação à autodeclaração racial, 13 se declararam pardas, 8 pretas, 5 brancas e 2 indígenas. 4 crianças não responderam a esta questão e 1 delas

marcou a opção outros, mas não detalhou como se identificava. Em relação ao local de moradia: 13 crianças residem em Belo Horizonte e 20 nos outros municípios da Região Metropolitana que fizeram parte da pesquisa. Em relação ao tipo de escola: 28 crianças estudavam em escolas públicas e 5 em escolas privadas. A distribuição do grupo por idade foi a seguinte: 1 criança de 7 anos; 5 crianças de 8 anos; 10 crianças de 9 anos; 3 crianças de 10 anos; 11 crianças de 11 anos; 2 crianças de 12 anos; e 1 criança de 13 anos. Sobre esta última e única criança de 13 anos importa acrescentar que havia feito aniversário pouco antes da data da entrevista, sendo que, no momento de envio do questionário, tinha ainda 12 anos.

Para a realização da entrevista, foram elaborados previamente dois roteiros. O primeiro, para o contato com os familiares/responsáveis pelas crianças e proprietários dos números de telefone informados no questionário. Este roteiro continha informações que auxiliavam a equipe a lembrar-se dos tópicos a serem conversados com os responsáveis para o consentimento da participação da criança e para combinar a data e a forma de contato para a realização da entrevista. O segundo roteiro, criado especificamente para a conversa com a criança, continha informações iniciais que nos lembravam dos passos de agradecimento, procedimentos de assentimento, breve apresentação da pesquisa e confirmação da disponibilidade da criança em fazer a entrevista e da permissão de gravação.

Após estas informações iniciais, havia a pergunta geradora: “Como tem sido sua vida depois que começou a pandemia do coronavírus e que você deixou de ir à escola? O que você gostaria de nos contar sobre o que tem feito neste período?”. As pesquisadoras foram orientadas a construir um momento de interação com as crianças em que pudessem deixá-las o mais confortáveis possível. Sendo assim, após o relato inicial da criança sobre a pergunta geradora, deram continuidade à conversa, buscando explorar os assuntos a seguir, caso não tivessem aparecido na fala da criança: conhecimento sobre o coronavírus; atribuição de um pessoa/personagem ao coronavírus e o que diria a ele; adoecimento próprio ou de pessoas conhecidas por contaminação com o coronavírus; mágica que faria para melhorar a vida das crianças; informações sobre a casa, espaços preferidos e alterações depois da pandemia; rotina de sono; auxílio nas tarefas domésticas; lugares visitados durante a pandemia; sentimentos e mudanças em função da suspensão das aulas presenciais na escola; envio de atividades pela escola e acesso a equipamentos eletrônicos para sua realização; brincadeiras, programas, séries e jogos preferidos; convivência e/ou encontro com irmãos e outras crianças. Ao final do roteiro, havia informações sobre

a sugestão de envio/ produção de outros materiais como vídeos, desenhos, animações e *podcasts*; o lembrete de perguntar se a criança possuía alguma rede social; e a possibilidade de perguntar sobre o recebimento do auxílio emergencial pelos familiares, caso a criança tivesse falado algo sobre o assunto.

Ressalta-se que os roteiros foram construídos coletivamente pela coordenação e o grupo de pesquisadoras que realizaram as entrevistas. Foram instrumentos pensados como guias para a interação com familiares e crianças; e que permitissem as adaptações necessárias conforme o critério ético primordial de assegurar o bem-estar das participantes. É relevante acrescentar-se, também, que a experiência de interação com crianças mediada por plataformas digitais era algo novo para toda a equipe, o que exigiu acompanhamento, reflexão e avaliação contínua da realização das entrevistas.

Como o esperado, ainda que os roteiros tenham sido os mesmos, cada entrevista foi única, marcada pela alteridade das entrevistadoras, das crianças entrevistadas e de suas famílias.

## **Procedimentos de realização das entrevistas e processo de análise**

As entrevistas foram realizadas de forma remota, utilizando diferentes recursos tecnológicos para gravação em áudio e/ou vídeo: vídeo chamadas pelo *WhatsApp*; chamadas de áudio pelo *WhatsApp*; vídeo chamadas pelo *Google Meet*; e ligações telefônicas.

Na realização das entrevistas foram observados os seguintes cuidados éticos: apresentação geral da pesquisa para o adulto responsável pela criança e para a criança; leitura do texto do TCLE para o adulto e gravação de seu consentimento; e leitura do texto do TALE para a criança e gravação de seu assentimento.

Cada uma das cinco pesquisadoras realizou pelo menos uma entrevista piloto para validação e aprimoramento dos roteiros e procedimentos. Após este momento, a equipe se reuniu para discutir dúvidas e dificuldades, bem como para a troca de informações sobre recursos e programas que possibilitaram o contato com crianças e familiares. Considerando a boa qualidade destas entrevistas e que foram realizadas assegurando todos os procedimentos éticos, elas também foram incluídas de forma definitiva na pesquisa.

Ressalta-se que, durante todo o período de realização das entrevistas, a equipe se reuniu periodicamente para avaliar o trabalho e tomar decisões coletivas sobre os encaminhamentos necessários.

## **Limites e possibilidades das entrevistas “à distância”**

As entrevistas foram transcritas na íntegra a partir de um formulário criado para esta finalidade. Todas as informações foram compartilhadas e armazenadas em um *drive* específico da pesquisa.

Considerando-se as restrições advindas da pandemia, foi necessário utilizar plataformas digitais ou telefone para a realização das entrevistas. Situação esta que trouxe vários desafios e soluções criativas para podermos superá-los. O primeiro deles se refere à dependência de uma boa conexão de internet nos equipamentos, computador e/ou celular da pesquisadora e do familiar responsável. Este desafio gerou a necessidade de mais contatos entre a pesquisadora e as crianças/famílias, bem como a interrupção de algumas entrevistas. Outro aspecto dificultado pela qualidade da conexão se refere ao uso das plataformas e a possibilidade de gravação. Sendo assim, para cada entrevista foi realizada uma avaliação de quais seriam a melhor plataforma e o modo de gravação, conforme as condições de acesso e conexão da criança/família. As pesquisadoras encontraram, então, diversas combinações para conseguirem ter alguma forma possível de registro das conversas. Quando a conexão era de baixa qualidade ou inexistente, foram utilizados equipamentos externos como gravadores de áudio ou mesmo um outro computador para ser possível gravar a conversa. Houve, ainda, uma situação em que só foi possível a entrevista por meio de ligação telefônica e, ainda assim, a qualidade da mesma trouxe dificuldades para o registro. Apesar disso, a equipe considerou importante manter a entrevista desta criança, que morava em uma Ocupação e que estava, então, entre um grupo pouco presente entre as crianças que responderam ao questionário.

Outro desafio foi a presença de familiares, geralmente as mães, durante o contato da pesquisadora com a criança. Este aspecto é algo que será considerado nas análises de modo a tentarmos apreender a complexidade da interação entre criança e pesquisadora, tendo este acompanhamento/ presença e, às vezes, até mesmo participação direta da mãe ou outro familiar. Como dissemos anteriormente, reconhecemos que as mães foram

fundamentais neste acesso das pesquisadoras às crianças, entretanto, temos também que considerar que a presença delas afetou tanto o conteúdo das falas como a espontaneidade das crianças. Ressaltamos ainda que este acompanhamento direto também pode estar relacionado à novidade que foi para estas mães receberem o convite para que suas filhas e filhos participassem da pesquisa e, também, ao cuidado diante da interação de seus filhos ou filhas com pessoas não conhecidas. Além disso, importa destacar, como aparecerá nos outros capítulos, o reconhecimento de algumas mães do quanto seria bom para suas filhas e filhos ter alguém com quem conversar sobre as experiências na pandemia. Reconhecimento este que evidencia tanto uma sensibilidade para a necessidade de espaços de fala/escuta para as crianças como da sobrecarga de demandas que recaem sobre estas mães que, por vezes, não conseguiam ter condições de ouvir suas crianças.

Outro elemento de destaque se refere à grande adesão das crianças e ao envolvimento e disponibilidade durante as entrevistas. De modo geral, as crianças deram vários indícios do quanto se sentiram valorizadas por poderem se expressar sobre o que estavam vivenciando na pandemia. Além disso, em parte das entrevistas, as crianças também quiseram aprofundar a interação com as pesquisadoras, fazendo questões sobre suas experiências pessoais neste período. Situação esta que também trouxe possibilidade de muitas reflexões para a equipe, além, naturalmente, de exigir das pesquisadoras decidirem, de modo rápido, que informações partilhar e o quanto estender a interação.

Diante destas constatações, consideramos que, mesmo que a interação física não tenha sido possível e que tenham se apresentado vários desafios impostos por uma interação mediada por plataformas digitais e/ou telefone, foi possível estabelecer um diálogo respeitoso e rico com as crianças e os seus familiares. O processo de realização das entrevistas permitiu à equipe de pesquisa e, possivelmente, para estas crianças/famílias, a possibilidade de reafirmar a capacidade de compreensão e análise das crianças e de podermos aprender com elas como construímos juntos novas formas de relação entre adultos e crianças.

## **Considerações finais**

A escuta de crianças em um contexto de crise sanitária e social gerou desafios inéditos para os investigadores envolvidos na pesquisa. Por um lado, revelou nosso compromisso ético com as crianças e seu direito à



participação, por outro, apontou para a fragilidade e a potencialidade da escuta por meio digital e as dificuldades de chegar-se até as crianças.

No caso do questionário, em função da restrição do acesso à internet de parte significativa das famílias da RMBH, foi necessário lançar-se mão de divulgação focada em coletivos e movimentos sociais, buscando alcançar a maior diversidade possível de realidades. No caso das entrevistas, tal restrição demandou frequentes alterações no planejamento e soluções criativas, como o uso simultâneo de diferentes equipamentos. A dificuldade de acesso às crianças que vivem em contextos de maior risco de vulnerabilidade social foi, em alguma medida, minimizada, também, pela seleção das crianças que foram entrevistadas.

Um elemento que marcou a escuta aqui empreendida é que a participação das crianças também envolveu, quase sempre, os adultos. Eles mediarão o acesso das crianças ao questionário, “traduzindo” questões e acompanhando as entrevistas. O trabalho de análise buscou, portanto, levar em conta esse jogo de alteridades, que também envolve as limitações e possibilidades da interação digital.

Cabe destacar, ainda, o extenso volume de dados gerados pela pesquisa, que continua sendo tratado pela equipe e deverá gerar novas produções. Além de um banco de dados que reúne respostas às questões do questionário, o material da pesquisa inclui áudios, desenhos, textos e a transcrição de todas as entrevistas. Em análises futuras, será possível triangular os dados da pesquisa com outros indicadores relativos às infâncias em seus territórios, bem como aprofundar as análises sobre desigualdades raciais e de gênero ainda pouco exploradas.

Considerando o contexto de urgência e do compromisso da pesquisa com os direitos das crianças, foi necessário, nas primeiras análises, abrimos mão de alguns aprofundamentos para darmos lugar a uma análise horizontal. De todo modo, a análise horizontal, exercício basilar em qualquer investigação, permitiu evidenciar, ainda durante a crise, as experiências sociais das crianças, suas emoções, rotinas e riscos aos quais podem estar submetidas, elementos que serão analisados nos capítulos seguintes.

## Referências

ALDERSON, P. Crianças como Investigadoras: os efeitos dos direitos de participação na metodologia de investigação. *In*: CHRISTENSEN, P.; JAMES, A. **Investigação**

**com Crianças:** perspectivas e práticas. Porto: Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, 2005.

ALMEIDA, A. N. **Para uma Sociologia da Infância:** jogos de olhares, Pistas para Investigação. Lisboa: ICS - Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

BECKER, B. (2017), **Infância, Tecnologia e Ludicidade:** a visão das crianças sobre as apropriações criativas das tecnologias digitais e o estabelecimento de uma cultura lúdica contemporânea. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA.

BRASIL. Estatuto das Crianças e dos Adolescentes (ECA). **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)

BRASIL. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. **Convenção sobre os Direitos da Criança.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm). Acesso em: 29 abr. 2021.

BOBBIO, N. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CMBH, CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Relatório Final do Grupo de Trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor sobre Direito à Moradia.** Belo Horizonte: agosto de 2020. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2020/08/relat%C3%B3rio-aponta-defici%C3%AAsncias-e-novos-caminhos-para-pol%C3%ADtica>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CORSARO, W. A. **Sociologia da Infância.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

CORSARO, W. A. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 443-464, maio/ago. 2005.

CHRISTENSEN, P.; PROUT, A. Working with ethical symmetry in social research with children. **Childhood**, v. 4, n. 9, p. 477-497, 2002.

CHRISTENSEN, P.; JAMES, A. **Investigação com Crianças:** Perspectivas e Práticas. Porto: Edições Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, 2005.

CRUZ, S. H. V. **A criança fala:** a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez. 2008.

FORE, H. **Não permitam que crianças sejam as vítimas ocultas da pandemia da Covid-19.** ONU Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-nao-permitam-que-criancas-sejam-as-vitimas-ocultas-da-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 03 abr. 2021.

GALVANI G. Violência doméstica na quarentena: como se proteger de um abusador? **Carta Capital**, 29 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com>.

br/saude/violencia-domestica-na-quarentena-como-se-proteger-de-um-abusador/. Acesso em: 20 abr. 2021.

GUIMARÃES, N. A. Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. **Cadernos Pagu**, n. 46, p. 59-77, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica n. 36. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estudos e Pesquisas. Malha municipal**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/15774-malhas.html?=&t=sobre>. Acesso em: 13 abr. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD). Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal, 2019**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estudos e Pesquisas. Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 21 abr. 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2020**. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 19 abr. 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras**. Edição de Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. Brasília: IPEA, 2015.

MARCHI, R. C. O “ofício de aluno” e o “ofício de criança”: articulações entre a sociologia da educação e a sociologia da infância. **Rev. Portuguesa de Educação**, v. 23, n. 1, p. 183-202, 2010.

MOLINIER, P.; PAPPERMAN, P. Descompartmentar a noção de cuidado? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18, set./dez. 2015, p. 43-57.

MORADO NASCIMENTO, D.; LIBÂNIO, C. (Orgs.). **Ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2016.

MÜLLER, F.; CARVALHO, A. M. A. (Orgs.). **Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro**. São Paulo: Cortez, 2009.

PBH. Prefeitura de Belo Horizonte; Prodabel. Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte. **Regiões Administrativas de Belo Horizonte**. Disponível em: <http://geonetwork.pbh.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search?sessionId=0DF72F928324A8F6F41C704142A37F9B.geonetwork1#/metadata/a597567f-cfcb-4bc8-97aa-e83793bbfae5>. Acesso em: 13 mar. 2021.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - PNAD de 2015.

QVORTRUP, J. Macro-análise da infância. *In*: CHRISTENSEN, P.; JAMES, A. (Orgs.). **Investigação com crianças. Perspectivas e Práticas**. Porto: Edições Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, 2005. p. 73-96.

ROCHA, E. J.; ROSEMBERG, F. Autodeclaração de cor e/ou raça entre escolares paulistanos/as. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 759-799, set./dez. 2007.

SARAIVA, A. M.; OLIVEIRA, D. A. A relação entre educação e pobreza: a ascensão dos territórios educativos vulneráveis. **ETD. Educação Temática Digital**, v. 17, 2015, p. 614-632.

SARMENTO, M. Sociologia da Infância; Correntes e Confluências. *In*: SARMENTO, M.; GOUVÊA, M. C. S. (Orgs.). **Estudos da Infância: Educação e Práticas Sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 17-39.

SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. (Orgs.) **Crianças e Miúdos: Perspectivas Sócio Pedagógicas da infância e educação**. Porto: Asa Editores, 2003.

SOARES, N. A investigação participativa no grupo social da infância. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2006..

TONUCCI FILHO, J. B.; PATRÍCIO, P. A.; BASTOS, C.. **Nota técnica - desafios e propostas para enfrentamento da covid-19 nas periferias urbanas: análise das condições habitacionais e sanitárias dos domicílios urbanos no Brasil e na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/noticias/1229>. Acesso em: 22 abr. 2020.